



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.671

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Wilton Afonso Dias Soares

**Data:** 23/04/2024

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 65/2024. Concede título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Comunitária Recanto das Aroeiras”. (Referente à Lei nº 5. 694, de 16/05/2024).

**Controle Interno – Caixa:** 25.17      **Posição:** 26      **Número de folhas:** 06



Nº 97/2024

14.05.2024

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 65/2024

Lei Nº 5.694, de 16/05/2024

AUTOR:

Ver. Wilton Afonso Dias Soares.

ASSUNTO: Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Recanto das Aroeiras.

Entrada dia - 23/04/2024

MOVIMENTO

Comissão Legislação e Justiça.

- 1 - AMPLURADO EM REGIME DE URGEN
- 2 - CIA EM 14.05.2024
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Gabinete do Vereador Wilton Afonso Dias Soares (AVANTE)**

PROJETO DE LEI Nº 65 2024



**“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública para  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RECANTO DAS AROEIRAS”**

A Câmara Municipal de Montes Claros/Minas Gerais aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a Entidade Civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RECANTO DAS AROEIRAS**, inscrita no **CNPJ nº: 50.269.973/0001-07**, Área Rural, S/N, Fazenda Jaraguá – Recanto João e Maria, CEP 39.409-899, neste município de Montes Claros/ MG.

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal, 16 de abril de 2024



  
Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador  
Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
6 JUSTIÇA  
EM 23 DE ABRIL DE 2024  
mu  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES

## ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atestamos, em razão de requerimento do interessado, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada “**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RECANTO DAS AROEIRAS**” inscrita no CNPJ sob o número 50.269.973/0001-07, funciona regularmente na Area Rural, nº S/N – Fazenda Jaraguá – Recanto João e Maria, em Montes Claros-MG, CEP: 39.409-899, desde 11/04/2023, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Seu Estatuto está registrado sob o nº 31.562, Livro A-27; protocolo nº 145.913, Livro A-14, em 11 de Abril de 2023, no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e Ata de Eleição da diretoria registrada sob o nº 31.561, Livro A-27, e protocolo sob nº 145.912, livro A-14, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 11 de Abril de 2023.

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

**Montes Claros, 16 de Abril de 2024**

  
**Martins Lima Filho**  
Presidente da Câmara

---

**MARTINS LIMA FILHO**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 65/2024 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Recanto das Aroeiras.”, de Autoria do Vereador Wilton Afonso Dias Soares.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação Comunitária Recanto das Aroeiras.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 24 de abril de 2.024.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605

ASSINADO DIGITALMENTE  
LUCIANO BARBOSA BRAGA  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 65/2024**

**AUTOR:** Ver. Wilton Afonso Dias Soares

**MATÉRIA:** Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação Comunitária Recanto das Aroeiras.

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 23/04/2024 com entrada na Sala das Comissões no dia 24/04/2024.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação Comunitária Recanto das Aroeiras, inscrita no CNPJ 50.269.973/0001-07 com sede na Fazenda Jaraguá – Recanto João e Maria, nº s/n, Área Rural, neste município de Montes Claros – CEP 39.409.899.

Nos termos do art. 4º do Estatuto, a referida associação, tem, entre outros objetivos, buscar congregiar famílias que se comprometem a participarem do desenvolvimento ambiental sustentável e a melhoria da qualidade de vida da Comunidade Rural que se encontra em situação de vulnerabilidade social, sempre buscando a promoção da inclusão social (exercício de cidadania) e fomento a inclusão produtiva (empreendedorismo social) de indivíduos e/ou grupos familiares.

O presente Projeto de Lei foi instruído com cópia de certidões emitidas pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social da Associação; comprovante de inscrição e situação cadastral da Pessoa Jurídica; Atestado de Funcionamento; certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais e documentos pessoais dos integrantes da diretoria da entidade.

Destaca-se que a Comissão se reuniu com representantes da Associação Comunitária Recanto das Aroeiras no dia 09 de maio de 2024, para conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade.

Desta forma, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos previstos em lei para concessão do título.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 09 de maio de 2024.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_  
Vice\_Presidente: Ver. Igor Gustavo Dias \_\_\_\_\_  
Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_